Conflitos E Controvérsias Do Establishment Contábil Estadunidense: Uma Análise Lukacsiana Da Reificação Da Teoria Contábil

Nepomuceno, V.
Rech, I. J.

Resumo

Objetivo: Analisar os conflitos e controvérsias entre ciência e teoria desencadeados no final do século XIX e meados do século XX nos Estados Unidos no establishment contábil estadunidense.

Método: Foi o da teoria de reificação (Lukács, 1922), a partir de uma breve reflexão sobre a ideologia da competência (Chauí, 1980). A abordagem teórica se refere à reificação do full disclosure como mascaramento da realidade.

Resultados: O resultado alcançado é de que a teoria contábil consensual (juízo de valor) nos Estados Unidos é consequência da reação à cientificização da contabilidade instaurada no final do século XIX, cujos elementos antrópicos e relevantes, historicamente, eram a uniform accounting e a full disclosure.

Originalidade/Relevância: É pertinente buscar compreender o papel da contabilidade no contexto social. As questões históricas, como forma de contextualização, permitem alcançar evidências e análises críticas sobre o processo de formação da ideia de sistema de informação contábil, até aqui hegemônica.

Contribuições teóricas/metodológicas: A principal contribuição do artigo consiste na análise histórica dos conflitos e controvérsias que sedimentaram o caminho para a ruptura da, então embrionária, ciência da contabilidade para a formação da teoria da contabilidade estadunidense. O recorte estabelecido impacta a percepção contemporânea de contabilidade, ainda interpretada como um sistema de informações.

Palavras-chave: cientificização; princípios e regras; establishment contábil.

Date of Submission: 10-04-2025

Date of Acceptance: 20-04-2025

I. Introdução

As primeiras tentativas estadunidenses de teorizar a prática contábil surgiram no final do século XIX e início do século XX, com o propósito de criar um novo *status quo* para o profissional prático da contabilidade. Estas tentativas tinham por desafio superar o preconceito intelectual das outras ciências de que, “com poucas exceções, a profissão de contador era praticada por pessoas de pouca educação, geralmente medíocres intelectual e socialmente, os quais buscavam ganhar a vida sem treinamento especial” (Brown, 1905, p. 291).

No final do século XIX, a iniciativa estadunidense de buscar uma educação formal e consistente do ponto de vista científico teve início no *Institute of Accounts* (IA), criado em 1886. Diferente da Europa, que tinha seus alicerces na academia, a consecução desses objetivos se deu por meio de uma organização profissional, com a presença de proeminentes escritores de contabilidade, como Sprague, Hopkins, Haskins, entre outros (Romeo e Kyj, 1998). Loeb & Miranti (2004, p. 24) destacam que “os programas de profissionalização promovidos pelo IA criaram uma imagem de contadores e guarda-livros como agentes do ‘progresso’”.

O *Institute of Accounts* foi responsável por levar o guarda-livros e o contador à categoria de ‘cientista’ comparável àquela de médico e do engenheiro (McMillan, 1998). Para McMillan (1998, p. 2), “esse *status* profissional era promulgado pela elite de contadores do IA e de revistas profissionais afiliadas. A afinidade entre um contador e um cientista era enfatizada como ações semelhantes sob o ponto de vista científico e profissional”.

No entanto, no início do século XX, houve forte reação contra essa ciência da contabilidade (positiva e matematizada) por grande parte dos contadores, de empresas de auditoria independente e de organizações contábeis estadunidenses. Briloff (2001) denominou de *establishment* contábil a reunião de contadores e entidades conservadoras, não intelectuais, que buscavam fortalecer seus próprios interesses classistas, distantes dos interesses públicos.

Com base nos eventos históricos, é possível verificar que o *establishment* contábil estadunidense passou a refutar a *uniform accounting* e estruturar um outro objeto contábil (*full disclosure*), baseado na teorização da prática. A estruturação das normas estabelecida pelo *establishment* estadunidense, sob o ângulo da teoria de Lukács (1922), pode ser denominada por reificação do discurso.

Considerando a reação do *establishment* contra a cientificização da contabilidade ocorrida nos EUA no início do século XX, o presente estudo questiona: os conflitos e controvérsias que levaram o *establishment* contábil estadunidense moderno a refutar a *uniform accounting*?

O presente ensaio teórico tem por objetivo analisar os conflitos e controvérsias que ocorreram no final do século XIX e início do século XX, na contabilidade estadunidense, tendo por base a teoria da reificação do discurso de Lukács (1922). Esses embates permitiram ao *establishment* romper com a, então embrionária, *ciência* da contabilidade, e erigir a teoria baseada na prática.

Lukács (1922) estabeleceu o conceito de reificação (coisificação: do latim *res*), baseando-se na lógica desenvolvida por Marx sobre o fetiche da mercadoria como objeto de determinação da conduta social aparente. Neste sentido, este estudo se fundamenta no conceito de reificação para compreender os conflitos e controvérsias que levaram à ruptura da *uniform accounting* como processo para a cientificização da contabilidade estadunidense.

Este ensaio se justifica por analisar como a insuficiente discussão crítica do final do século XIX e início do século XX contribuiu, historicamente, para o recrudescimento da coisificação do discurso contábil, hermeticamente fechado e sob o domínio do *establishment* contábil contemporâneo (Briloff, 2001). A análise dos eventos históricos permite identificar os conflitos e controvérsias e como eles contribuíram para o repúdio à *uniform accounting*.

Young (2003) observa que o *establishment* contábil estadunidense não admitia a ideia de *uniform accounting* como uma ciência da contabilidade (editoriais do *Journal of Accountancy*, 1912). Por não reconhecer a *uniform accounting* como ciência, o caminho buscado foi o da teoria da contabilidade, próxima àquilo que Colasse (2011) denominou de *savoir d'action en quête de théories* (um conhecimento da ação em busca de teorias).

O método utilizado na construção deste ensaio teórico é aquele criado por Lukács (1922) sobre o conceito da reificação do discurso como forma de alienação da sociedade. A escolha do método permitiu verificar o processo de abandono da ciência da contabilidade nos Estados Unidos, no início do século XX, para desenvolver e consolidar a teoria da contabilidade como um discurso retórico e hegemonicamente reificado (coisificado) sob as hastes do conhecimento da ação. A análise dos embates protagonizados pelo *establishment* contábil estadunidense, no final do século XIX e início do século XX, contra a cientificização, permitiu inferir o alinhamento desse *establishment* aos argumentos de reificação (coisificação) desenvolvidos por Lukács (1922), na medida em que abandona a cientificidade para reificar o norma contábil.

A estrutura do artigo é a seguinte: a segunda seção desenvolve o conceito de reificação de Lukács (1922) aplicado à teorização contábil; a terceira seção permite conhecer os conceitos de *full disclosure* e de *uniform accounting* como construtos que se contrapõem para permitir a emersão da norma contábil (princípios e regras) que definirá os rudimentos da teoria da contabilidade; por fim, tem-se uma análise crítica e discursiva sobre os construtos *full disclosure* e *uniform accounting*, feita a partir da teoria da reificação do discurso de (Lukács, 1922), com o propósito de elucidar o caráter retórico inaugurado pelas regras práticas (desenvolvimento do conhecimento da ação teórico-contábil) – proposta deste artigo.

II. A Teoria Da Reificação De Lukács

Lukács (1922) estabelece o conceito de reificação (coisificação: do latim *res*), baseando-se na lógica desenvolvida por Marx sobre o fetiche da mercadoria como objeto de determinação da conduta social aparente. Lukács (1922), sob os olhos da ideia relacional sujeito-trabalho-mercadoria marxiana (coisificação do trabalho), desvela o que está oculto no conceito de objetividade. Para Lukács (1922), a objetividade tem seu fundamento na relação entre pessoas quando esta assume o caráter de uma coisa e adquire assim uma ‘objetividade ilusória’. Esta, por sua vez, possui “um sistema de leis próprio, rigoroso, completamente fechado e aparentemente racional, de modo a ocultar qualquer vestígio da sua natureza fundamental: a relação entre as pessoas” (Lukács, 1922, p. 90). Crocco (2009) lembra que a ‘objetividade ilusória’ analisada por Lukács assenta-se na estrutura mercantil em que as relações entre pessoas tomam o caráter de relações entre coisas. A objetivação das coisas se dá pela construção do discurso alienante (Lukács, 1922), que mascara, que não permite o translúcido.

A reificação pensada por Lukács (1922) é a máscara que o mundo social aceita ao tentar compreender as categorias racionais-formais, como: capital, trabalho, contabilidade, ciência, além de outras. A máscara da reificação é o processo desenvolvido pelas classes dominantes para permitir o mascaramento da realidade social, evitando-se o confronto e mantendo o controle sobre as classes dominadas. Essas classes dominadas acreditam que a máscara não é algo construído, mas dado pela natureza (Mattei, 2022). São movimentos dialéticos, muitas vezes imperceptíveis pela sociedade humana, porque eles são construídos para dissimular o real e transformar o caos em coisas compreensíveis e controladas.

A contrário senso, o mundo real é aquele em que o constructo subjetividade implica o conflito de interesses que conduz a um “nível elevado de disputa potencial” (Bourguignon, 2005, p. 359). Esses constructos são expressões da realidade social que dimensionam a dinâmica dos movimentos históricos do ser social e que

são evitados pelas classes dominantes em favor da manutenção do controle e da ordem social. Assim, a reificação é um processo de substituição; trata-se de uma passagem do mundo dos seres humanos para o mundo das coisas, do subjetivo para o objetivo, do vivo para o inanimado (Bourguignon, 2005).

Substituir intencional e ideologicamente a subjetividade pela objetividade significa mudar a aparência das coisas. Visa buscar a estabilidade aparente e esconder tanto sua verdadeira natureza subjetiva quanto seus potenciais conflitos (Bourguignon, 2005). Isso permite retirar o sujeito e substituí-lo pela coisa, e a partir dessa coisa, construir o discurso objetivo amalgamado segundo os interesses de parte da sociedade.

Fundamentado na teoria da reificação de Lukács, este estudo considera a ideia de teoria contábil estadunidense como algo construído, em certa medida em conformidade com os interesses privados do *establishment* contábil. O mascaramento da realidade social pode ter se beneficiado dos conflitos e das contradições históricas que levaram à certificação dos auditores (parte da *full disclosure*) como imprescindível à recuperação do mercado acionário na Grande Depressão. Tendo por base a teoria da reificação de Lukács, pode-se sugerir que a certificação, além de outros objetivos, serviu para mascarar e ocultar a formação de reserva de mercado para os auditores.

Essa coisificação pode ocorrer também nos mais variados objetos imateriais, por exemplo, o da lógica da austeridade (Mattei, 2022) e o da lógica de criação de valor para o investidor (Bourguignon, 2005). Nesse sentido, é relevante analisar os conflitos e controvérsias históricos que levaram aos construtos *full disclosure* e à rejeição da *uniform accounting* e seus significados para a contabilidade estadunidense do final do século XIX e início do século XX.

III. Construção Da Retórica Da *Full Disclosure* E Rejeição Da *Uniform Accounting*

Para contextualizar o processo de reificação da teoria contábil estadunidense, destacam-se os seguintes conflitos e controvérsias históricos e relevantes à compreensão da retórica da *full disclosure* no aspecto da reificação do discurso: i) A ruptura com a lógica científico-positivista e matemático-contábil (*uniform accounting*) desencadeada no final do século XIX; ii) as disputas do *establishment* contábil para assumir a normatização das demonstrações financeiras com a criação da SEC (*full disclosure*).

A cientificidade contábil estadunidense pretendiam assentar a profissão sobre bases sólidas do conhecimento científico-positivista com um conteúdo educacional de nível elevado, semelhante àquele da Alemanha e França. Na Alemanha as novidades científicas da contabilidade derivaram de pensadores como Nicklisch, Schmalenbach, Schmidt, entre outros, que descreveram as teorias das contas, os planos de contas, os planos de contas-mestres e as novas estruturas do balanço (dinâmico e orgânico). Além disso, foram desenvolvidos, nesses países, estudos aprofundados sobre o impacto da inflação na contabilidade, com avanços profícuos da contabilidade como ciência.

Na França os projetos científicos foram desenhados por pesquisadores como Léauté e Guilbault (1890), Jean Dumarchey (1914, 1925). Eles inauguram a aplicação do método científico à Contabilidade e criticam a falta de transparência, de organicidade e de cientificidade contábeis. Esses pesquisadores buscaram relações positivas e matemáticas com a contabilidade (Canziani, 2007) e deram-lhe o *status* de ciência sistematizada. Não foi diferente nos Estados Unidos.

Os conflitos e controvérsias históricos entre os constructos da *uniform accounting* e da *full disclosure* permitem analisar sua importância no processo de reificação da teoria contábil estadunidense. São termos que se contrapõem conceitualmente no cenário contábil dos Estados Unidos no início de século XX. Compreender as controvérsias entre a *uniform accounting* e a *full disclosure* contribui para explicar a ruptura do *establishment* contábil estadunidense moderno com a ciência da contabilidade.

Surgimento e rejeição da *uniform Accounting*

A *uniform accounting* surge a partir da teoria das contas e do plano de contas. As bases para o desenvolvimento da *uniform accounting* foram lançados nos países europeus (Mueller 1965), por meio de conceitos, regras e definições contábeis. Merino & Coe (1978) e Sunder (2009) a denominam de *rules-book* [livro de regras].

Mueller (1965, p. 850) observa que, “antes desses esforços acadêmicos europeus, outros esquemas de procedimentos surgiram com o propósito de unificar e padronizar os métodos de contabilidade estadunidense”. O autor cita os experimentos de planificação contábil na *American Iron and Steel Association* (1855) sobre à sistematização dos custos industriais. Para Mattessich (2003) o esquema de custo uniforme e de contabilidade uniforme foi encontrado pela primeira vez nos EUA (*National Association of Stove Manufacturers*, depois de 1872).

Previts & Merino (1998) relatam que os planos de contas uniformes foram estendidos às empresas de água, energia elétrica, gás, transportes aéreos, telégrafo, cabeamento, às telefônicas e restaurantes. Era a tendência na virada do século XIX. Merino & Coe (1978) afirmam que a proposta de contas uniformes não provocou

conflitos com os contadores, simplesmente porque eles não acreditavam que a *Interstate Commerce Commission* (ICC) pretendia defender a *uniform accounting*.

A *uniform accounting* era uma realidade nos Estados Unidos e ocupou uma significativa parte da sua economia. No entanto, a tentativa de institucionalização da contabilidade uniforme como modelo contábil nacional, semelhante ao que ocorrera em boa parte da Europa, teve a reação brusca do *establishment* contábil. Carey (1969, p. 169) afirma que “a *American Association of Public Accountants* (AAPA) acreditava que a prescrição de regras contábeis padronizadas para as corporações seria impraticável e indesejável”. A AAPA alegava que as regras não exigiam julgamento, e a implementação de sistemas uniformes resultaria na transformação dos CPAs (auditores) em simples técnicos (Previts & Merino, 1998). O *establishment* tentou, então, contrapor com uma outra alternativa que já se desenhava nos anos de 1920: a *full disclosure*.

Aprovação da *full disclosure* pelo establishment contábil

A *full disclosure* não era uma norma coercitiva (Wiesen, 1978), mas um conjunto de medidas práticas concebidas, aparentemente, para restaurar a confiança no mercado de ações (Merino & Neimark, 1982). O Estado, por meio de leis, tentou reorganizar o mercado acionário e assegurar a confiabilidade nas políticas públicas. Assim, a *Securities Act*, de 1933, e a *Securities Exchange Act* de 1934 são apropriadamente chamadas de estatutos de *disclosure* (Benston, 1969). Mahone (2001) afirma que a *Securities Act* de 1933 é descrita como um estatuto da *full disclosure* (divulgação integral).

Os eventos sucessivos sugerem que o importante, naquele momento, era recuperar a normalidade econômica por meio de instrumentos objetivos como *full disclosure*. Não importava quem havia contribuído para a crise, se estava envolvido em fraudes e corrupções. O importante era criar coisas (*full disclosure*) que minimizassem os conflitos de interesses e permitissem retomar a ordem social.

Nesse processo de *full disclosure*, a normatização da contabilidade era relevante porque estabelecia diretrizes a serem seguidas pela classe, em especial os auditores. A padronização contábil são pronunciamentos feitos por organismos privados (AIA/CAP) sobre as regras e princípios a serem seguidos pelos contadores a partir da Grande Depressão. Ressalte-se, essa é uma característica da cultura anglo-saxã. O propósito dessa normatização era dominar a linguagem contábil, sem a intervenção do estado.

As controvérsias sobre *full disclosure* já ocorriam antes mesmo da aprovação das leis de 1933-34. Para Macintosh (1999), na década de 1930, indagavam-se: a quem as corporações devem prestar contas? Na década anterior, havia aqueles que defendiam a tese de que as corporações deveriam ser fiduciárias dos acionistas e aqueles que entendiam que as corporações deveriam prestar contas à sociedade. Apesar das posições contrárias, ambos defendiam a *full disclosure* por causa do excessivo poder das corporações (Macintosh, 1999). A contabilidade, nesse momento, estava entre ciência e técnica, e muitas controvérsias sobre seu verdadeiro papel.

As controvérsias do início do século XX eram polarizadas e confusas ao ponto de Hatfield (1920) denominá-las de *big mess* (grande confusão). Para Miranti (1986), os contadores não estavam interessados em ideologia política, mas em um lugar seguro e lucrativo na nova sociedade industrial. Eles se posicionavam a favor ou contra a reforma política contábil, dependendo das circunstâncias, o que permitia desentendimentos de toda ordem.

Para Macintosh (1999) nos anos de 1920 a economia americana foi dominada por algumas grandes corporações, nas quais os gestores exerciam um poder considerável. A divulgação de informações sobre as corporações não era uma prática corrente. Segundo Ripley (1926) o *The Wall Street Journal* afirmava que muitos faziam mais para amortecer do que para despertar o interesse dos acionistas. Dizia ainda que, por acidente, ou intencionalmente, tais relatórios são elaborados de modo a ocultar do acionista o que ele mais deseja saber.

Assim, sugere-se que a *full disclosure* era a reivindicação necessária para se estabelecer um controle sobre os administradores das corporações. Também era a forma de revitalizar a autonomia dos contadores por meio do juízo de valor (subjetividade).

Portanto, os conflitos entre *uniform accounting* e a *full disclosure* têm um significado histórico por revelar uma mudança de comportamento em favor do *establishment* contábil (visão subjetiva das informações contábeis). O editorial do *Journal of Accountancy* (1912, p. 360) afirmava: “a contabilidade não foi e nunca será uma ciência exata, e qualquer lucro e perda que ela apresente é uma expressão de opinião. Por essa razão, ela está sujeita a divergência de visão, tanto na sua substância quanto na sua forma”.

Por outro lado, o que se percebe, pós-crise de 1929, é a exigência de maior transparência na divulgação integral das informações contábeis, haja vista a sua excessiva ocultação como prática comum naquele momento. Por essa razão, o *establishment* buscou elementos novos e sofisticados que pudessem expressar seus interesses. Capron (2006) captou tais elementos ao explicar que a contabilidade consegue dizer uma verdade aparente (*falsa transparência*) e permitir que os administradores possam justificar sua integridade (*persuasão*), construindo, por outro lado, uma opacidade relativa (*‘verdade lógica’*) e escondendo o que só pode ser conhecido pelo administrador.

Essa mudança circunstancial e ideológica permite entrever, de um lado, o abandono do método científico positivo, e de outro, a coisificação do teórico como justificação da prática, construída sob regras ‘geralmente aceitas’. O *establishment* contábil e, em particular, as organizações contábeis (AIA, AAPA, CAP), não admitiram os princípios como algo a ser descoberto (Byrne, 1939), mas como uma construção da prática, do exercício do contador, sem qualquer interferência do científico.

Portanto, pode-se inferir que o conflito entre os paradigmas da *uniform accounting* (método científico) e da *full disclosure* tem, na sua essência, um apelo de retórica ao transparente, ao completo, ao desvelado. Com isso, o discurso da profissão era de que as informações das corporações não seriam mais enganosas, fraudulentas, falsas, diferentes daquelas de 1929.

Os objetos que sustentam esse apelo são os avanços acerca dos princípios contábeis que são, paradoxalmente, denominados de ‘geralmente aceitos’. Também parece paradoxal que os auditores, em certo grau, não se responsabilizem por fraudes nas informações contábeis, optando por emitir mera opinião sobre elas, o que contribuiu para macular a ideia de *full disclosure*.

A mudança de paradigma sugere que o que estava em jogo para o *establishment* contábil moderno eram a manutenção das corporações como parceiras e a garantia de mercado de auditoria. Dessa forma, aumentava-se o nível de controle das corporações sobre o que divulgar e o que ocultar. Observa-se que o comitê do Instituto (AIA) recomendou que não se divulgassem detalhes sobre as vendas, sobre os custos de vendas e sobre o lucro bruto em todos os casos, o que foi aceito pela SEC, sob a condição de confidencialidade, caso prejudicasse a corporação (Carey, 1969). No entanto, ressalte-se, o controle sobre o que divulgar também era algo controverso frente ao conceito de *full disclosure*.

Assim, a *full disclosure* surge como uma possibilidade para resolver os conflitos criados pela *uniform accounting* no *establishment* contábil. Contudo, não foi sem percalços a implementação da ideia de *full disclosure*, sobretudo no período da Grande Depressão. As controvérsias suscitadas nas audiências travadas no Congresso estadunidense, pós-crise de 1929, podem explicar como o *establishment* conseguiu uma virada de mesa em favor da classe e implementar um modelo contábil baseado na teoria do conhecimento da ação (Colasse, 2011).

As discussões no Congresso estadunidense sobre *full disclosure*

O esforço para consolidar a ideia de *full disclosure* enfrentou resistências no Congresso estadunidense, para o desconforto aparente do *establishment* contábil. Para realizar a análise deste período, importa observar, de modo breve, alguns aspectos relacionados aos conflitos e controvérsias ocorridos na definição do papel da auditoria e do auditor independente. As audiências congressuais dão a ideia de como se permitiram aberturas para que a classe iniciasse a construção da teoria do conhecimento da ação no campo contábil.

Conforme relata Wiesen (1978), uma dessas controvérsias que surgiram nas discussões ocorridas tinha por base o conceito da *uniform accounting*. Esse tema foi discretamente examinado pelas audiências no Congresso estadunidense de 1933. Todas as vezes que ele foi tratado, May (1936) reagiu contrariamente, chegando a afirmar que seria de se esperar que a Comissão não se deixasse levar pela promessa enganosa de uma *uniform accounting*.

Para May (1936), a *uniform accounting* levaria todos ao padrão mais baixo, que é o padrão que pode ser logicamente estabelecido como o mínimo. Nas palavras do autor, a contabilidade obterá uma uniformidade superficial que não era real e as pessoas seriam enganadas. Para May (1936), o público em geral seria induzido a erro ao pensar que as contas eram uniformes e que as contas das diferentes empresas eram, na realidade, estritamente comparáveis, quando, na verdade, não o eram. No entanto, as afirmações do autor não apresentaram alegações convincentes, figurando como uma peça de retórica.

Segundo Felix (2012), na Europa, essa discussão ocorreu ao contrário, como destaca Otlet (1901). O debate na Europa foi no sentido de uma contabilidade una em seus princípios e em seus métodos, independentemente dos ramos de atividade econômica a que se aplicam. Para Otlet (1901), as relações contábeis são as mesmas em seus elementos essenciais, porque dizem respeito a valores e não a objetos.

As incisivas e constantes críticas de May não permitiram que a discussão sobre *uniform accounting* fosse adiante nas audiências do Congresso, uma vez que ‘livro de regras’ era algo inaceitável pelo *establishment* contábil.

De outra parte, os debates travados no Senado visavam estabelecer regras para um mercado em crise aguda. Na verdade, o Congresso estava mais preocupado com as instituições diretamente envolvidas no funcionamento dos mercados de valores mobiliários do que com a qualidade das divulgações corporativas (Wiesen, 1978). Contudo, era necessário criar algo que controlasse os administradores das corporações e devolvesse a credibilidade ao mercado (ordem social). O caminho foi, além de outras medidas, criar os *Public Watchdogs* (auditores independentes). Os auditores assim ‘legitimariam’ a *full disclosure*, na medida em que suas certificações teriam fé pública e um certo grau de confiabilidade para atestar as práticas contábeis ‘geralmente aceitas’.

Mas o que se buscava no Senado era uma solução para o mercado, não para a contabilidade, tampouco para os auditores. Para Wiesen (1978), os congressistas estavam desinteressados, desinformados e faltava-lhes

paciência com o tema auditoria contábil. Como resultado, em ambas as leis de valores mobiliários, o Congresso delegou autoridade significativa aos auditores e ao órgão administrativo que fiscalizaria a lei (Wiesen, 1978).

Assim, a desinformação dos senadores quanto ao assunto contabilidade (Wiesen, 1978) permitiu aos representantes da classe contábil influenciá-los sob pelo menos dois aspectos relevantes: i) obrigatoriedade da auditoria independente, feita pelo setor privado com certificação válida nacionalmente (*full disclosure*); ii) a uniformização das normas contábeis, que também deveria ser feita pelo setor privado (*full disclosure* como evidência da boa prática contábil). Chatov (1973) afirma que os contadores ajudaram o Congresso a confundir a distinção entre contabilidade e auditoria, a fim de manter a regulamentação da contabilidade e da auditoria no setor privado, conforme era seu objetivo.

Para fortalecer ainda mais o *establishment* contábil criou-se o *Committee on Accounting Procedure* (CAP). Ressalte-se, as normas contábeis não eram baseadas em *princípios* (*principles-based accounting*), mas em *regras* (*rules-based accounting*), o que dava maior flexibilidade e liberdade de aplicação do juízo de valor (autonomia profissional).

IV. Análise Crítica Dos Conflitos E Controvérsias Históricas

Após a contextualização dos conflitos e controvérsias históricos, inicia-se a análise crítica sobre a interpretação de como tais eventos dialogaram com a retórica e consolidaram a coisificação do discurso, empreendido pelas regras contábeis criadas sob o manto da verdade aparente ('objetividade ilusória'), hoje denominado de teoria da contabilidade (Colasse, 2011).

As controvérsias apresentadas permitem uma inferência crítica suficiente para construir argumentos que expliquem porque o *establishment* contábil nos Estados Unidos, a partir do início do século XX, refutou a *uniform accounting*, derivada de estudos científicos, embora incipientes, e inventou um novo objeto baseado na consolidação da prática (geralmente aceita), como uma teoria do conhecimento da ação (Colasse, 2011).

Inicialmente, os elementos apresentados permitem observar que o *establishment* contábil moderno se serviu dos conflitos e controvérsias da *uniform accounting* para formar a convicção de que a contabilidade não era uma ciência exata e que os resultados dela derivados eram uma questão de opinião. Assim, uma *uniform accounting* sustentada por um livro de regras inflexível seria inapropriada e impediria os propósitos dos contadores/auditores de decidirem segundo o juízo de valor (subjetividade). Mas a busca do juízo de valor, tão proclamado pelo *establishment*, parece responder de forma afirmativa aos argumentos da teoria de Lukács (1922), na medida em que a busca pela subjetividade (juízo de valor) é o que se espera das pessoas reais para admitir o conflito de interesses e abrir-se à disputa potencial desejável.

Contudo, a subjetividade contábil aparece como um paradoxo frente à teoria de Lukács (1922). O *establishment* contábil admite a subjetividade porque a contabilidade não é exata, 'é questão de opinião'. Mas admitir a subjetividade como base fundamental para a profissão sugere flertar com o caos. Isso dispensaria as regras, uma vez que as empresas deveriam escolher os seus próprios métodos de contabilidade (Stabler, 1996). Tal subjetividade contábil deveria permitir algum espaço de objetividade para que ela tivesse certa aparência de 'ciência' ou algo parecido. Significa desenvolver algum tipo de objeto de controle da realidade que não seja objetivo completamente, mas que seja 'geralmente aceito' (um certo grau de objetividade) que mantivesse a dependência da discricionariedade, melhor, o arbítrio do contador.

Assim, o *establishment* contábil mantinha, ao mesmo tempo, o caráter subjetivo da profissão, portanto, permissividade ao contador para manter o controle e a manipulação das informações contábeis (arbítrio); por outro lado, estruturava um mundo contábil coisificado por objetos de controle (padrões) que são definidos pelo próprio contador, seja o léxico (palavra), seja a semântica (significado), seja a sintaxe (regras, normas). Esse nível de controle interno do objeto contábil sugere a instauração da retórica como instrumento de construção do discurso contábil.

Por essa razão, é possível admitir o conceito de Young (2003, p. 623) de que "a retórica se limita a considerar o uso de dispositivos literários e floreios verbais que são pensados para impedir a compreensão da realidade como ela 'realmente' é". A retórica, nessa perspectiva, tanto diminui quanto esconde a realidade e a faz por meio da intenção (mal intencionada, na pior das hipóteses, equivocada na melhor das hipóteses) do usuário (Young, 2003).

Neste caso, a contradição subjetividade/objetividade se consolida por meio da 'objetividade ilusória' (Lukács, 1922), porque a mão que relata é a mesma que objetivamente determina 'como relatar' (normas como coisas). O 'como relatar' é inflexível para o *establishment* que não permite a celebração do 'fermento intelectual ou progresso genuíno' (Beyerstein, 1996). Por conseguinte, não permite a crítica científica, nem mesmo a socialidade da pesquisa científica (Dawes, 2018), porque o 'como relatar' é uma prerrogativa exclusiva de quem relata. De fato, é o controle sobre o discurso contábil, compreendido aqui como ideologia da competência (Chauí, 1980).

Nesse sentido, a objetividade se revela 'ilusória', mascarando a realidade social, tornando a contabilidade inócua. Portanto, a objetividade dos padrões contábeis se nivela apenas ao propósito de convergir os interesses

da sociedade para o controle, passando a ideia de uma autoridade profissional neutra, e de dissipar a ideia de disputa potencial.

Por esse raciocínio, a compreensão do conceito de máscara da realidade (Lukács, 1922), nesse momento contábil, significa construir a intenção de 'falsificar' (amparada por regras) em favor da corporação, propositadamente, e ainda se parecer neutra perante à sociedade. Isso permitiu ao *establishment* contábil sair da condição desastrosa e grotesca de ocultação sem limite das informações contábeis para revelá-las de forma retórica (floreios verbais, pensados para impedir a compreensão da realidade), com persuasão suficiente para se instaurar uma verdade aparente (Capron, 2006, Previts & Merino, 1998). Para Carruthers (1991), a eficácia retórica das contas baseia-se na capacidade de elas parecerem factuais, objetivas e, sobretudo, neutras.

Esse mascaramento da verdade pode ser visto nas primeiras ações para se promulgar os 'princípios contábeis' (CAP, 1939). Para Chatov (1973), evitou-se a uniformidade do tratamento contábil, e permitiram-se métodos contábeis alternativos para situações idênticas. Por exemplo, segundo Chatov (1973), os contadores promulgarão os 'princípios contábeis' (sancionados pela SEC) que permitiram à empresa adquirente utilizar técnicas contábeis alternativas de combinação de negócios, mostrando lucros ilusórios divorciados da realidade do mercado.

Para Merino & Neimark (1982), a legislação (da SEC) pode ter contribuído para a virtual ausência de quaisquer tentativas sérias de garantir a responsabilização das empresas, alargando o conjunto de transações pelas quais as empresas deveriam ser responsabilizadas. Chatov (1973) defende a tese de que houve um colapso da regulamentação da contabilidade financeira que facilitou os piores excessos especulativos no movimento de fusões de conglomerados (1920-30), o que levou ao aumento sem paralelo na concentração de ativos. Os abusos financeiros basearam-se principalmente na disponibilidade de técnicas contábeis alternativas postuladas pelos profissionais de contabilidade e sancionadas pela SEC (Chatov, 1973).

Assim, a origem da *full disclosure*, no sentido lato (informação integral) e no sentido estrito (norma, como produto técnico que contribui para manter a 'objetividade' contábil, Young, 2003), é um instrumento de causação da realidade contábil aparente (mascaramento). Tal instrumento, ao longo do tempo, sedimentou-se na coisificação de objetos (*Integrated Reporting*) e de conceitos (*fair value, impairment*) como alternativa à instauração do novo discurso hegemônico e retórico da prática contábil. May (1936) recrudescer a tese das aparências contábeis ao afirmar que a questão que realmente deveria ser colocada ao contador não é se o balanço é verdadeiro, mas se é justo nos princípios contábeis em que se baseia.

Não faz parte deste artigo discutir a semântica dos termos 'verdadeiro' e 'justo', mas em que medida os eventos históricos fortaleceram esse pensamento e o discurso persuasivo do autointeresse como elemento condutor da adoção da *full disclosure*. Sugere-se que as controvérsias da *uniform accounting* fortaleceram a relação do contador com a profissão, baseada na opinião (subjetividade) e na retórica das regras ('objetividade ilusória'). No caso estadunidense, historicamente, isso foi paradoxal e sempre vantajoso para o *establishment*.

A 'objetividade ilusória', analisada por Lukács (1922), assenta-se na estrutura mercantil do tipo pessoa jurídica, ou do tipo objetos imateriais, como a 'criação de valor' (Bourguignon, 2005). Com isso, pode-se chamar o sistema de regras práticas (normas) de objetos contábeis. É possível inferir que os conflitos e controvérsias históricos fortaleceram a criação desses objetos contábeis, que, parafraseando Lukács (1922), são um "sistema de leis próprio, rigoroso, completamente fechado e aparentemente racional, de modo a ocultar qualquer vestígio da sua natureza fundamental".

Assim, baseando-nos no conceito de objetividade ilusória de Lukács (1922), é possível afirmar que os conflitos e controvérsias históricos contribuíram para o desenvolvimento de um sistema de regras contábeis criado pelos estadunidenses como um arcabouço retórico. Esse arcabouço é próprio, fechado (privado), com a aparência de racional (paradoxal, conforme tópico anterior) e obstrui a natureza fundamental da dialetização dos pesquisadores (pessoas reais) com o científico.

Esse sistema de 'leis' foi desenvolvido, formalmente, pelo CAP (1939) e possui regras próprias definidas pelo consenso de seus membros, sempre afirmando em cada *Accounting Release Bulletins* tratar-se de uma 'opinião', mas uma opinião 'objetivamente' posta, apresentada como verdadeira, ideologicamente competente (Chauí, 1980). Esse sistema de regras contábeis, que inaugura o caminho para a consolidação da teoria do conhecimento da ação (Colasse, 2011), é a evidência da tese de Chauí (1980) sobre a ideologia da competência, na medida em que o discurso ideologicamente competente é feito de lacunas, de silêncios, portanto, intencionalmente retórico.

Chauí (1980) ressalta que não se trata da distinção entre ciência como discurso verdadeiro e ideologia como discurso falso, mas da competência em estabelecer, no caso contábil, 'opinião', ou regras contábeis 'geralmente aceitas', cujo conteúdo de lacunas e silêncios permite o exercício da subjetividade em seu favor. O relevante de tudo isso é que há uma certa dogmatização dessas regras, como se 'ciência' fosse, sob o formato de teorias e, hoje, abarcada também pelos fundamentos das 'estruturas conceituais'.

Dessa maneira, historicamente, a partir dessa data, a contabilidade estadunidense foi estruturada, formalizada e escrita pela decisão de 22 contadores/normatizadores (CAP), dos quais apenas três eram acadêmicos (Littleton, Paton e Kester), todos da *American Accounting Association* (Sechistorical.org, 2024).

Para Williams (2014), o estabelecimento de padrões (regras) contábeis é um fenômeno gerado e moldado nos Estados Unidos (e mais tarde no mundo) por circunstâncias históricas. Nesse sentido, as ações hegemônicas subordinadas à retórica da coisificação de objetos e conceitos contábeis deixam de ser uma característica da cultura anglo-saxã para se tornarem o conjunto teórico da contabilidade mundial, como referência de confiabilidade, legitimidade e neutralidade, portanto, uma ‘linguagem única e confiável’ (IFRSF, 2019), por isso, presumível como relevante.

Dermarkar, Taddei & Gendron (2023) constatam que os processos regulatórios não conseguiram produzir regulamentação nova ou melhorada. Os autores acrescentam que se sabe menos sobre como os normatizadores tentam conceber uma ‘ilusão de ação regulamentar’ para evitar que as suas iniciativas sejam rotuladas como fracassos e desviar a crítica pública. Parte da resposta pode estar na percepção de que a ‘ilusão da ação regulamentar’ (‘objetividade ilusória’) é uma ideologia da competência, explicada pelo paradoxo subjetividade/objetividade, na medida em que isso permite o trânsito livre entre os pares (contadores) para criarem lacunas, silêncios e mascaramentos segundo o interesse do *establishment* contábil.

Por essa razão, a contabilidade, como conhecimento vulgar, não consegue alcançar o campo científico, por estar refém dos ideólogos da competência. Nesse sentido, Young (2003, p. 637) acrescenta que “as práticas contábeis foram escolhidas não por um imperativo contábil científico, mas por indivíduos específicos”. Indivíduos que fazem o jogo viciado, manipulado, portanto, por meio da ‘objetividade ilusória’.

Dessa forma, esses denominados produtos técnicos, ao longo do século, têm direcionado a contabilidade para se consolidar na *teoria* do conhecimento da ação (Colasse, 2011). A *invenção* da teoria da contabilidade autorregulamentada pode ser interpretada como o processo de negação do racional científico para erigir o teórico consensual. É uma razão impositiva da pretensa legitimidade de um novo discurso contábil teórico em favor do interesse pessoal do contador historicamente baseado em princípios e regras ideologicamente constituídos.

A reação dos contadores no início do século XX à *uniform accounting* tem um significado histórico relevante por determinar um novo modo de pensar e fazer contabilidade, por meio de regras e princípios objetivados a partir de entidades classistas. Os conflitos e controvérsias apontados sugerem que a ideia não era somente migrar de um paradigma para outro, mas criar uma nova forma de dominação sobre o objeto contábil que permitisse a substituição do subjetivo pelo objetivo ilusório, por meio do mascaramento, do encobrimento, da possibilidade do embelezamento e maquiagem dos resultados contábeis das corporações (exigências das novas gestões baseadas no neocapitalismo bursátil).

V. Considerações Finais

O presente ensaio teórico buscou analisar os conflitos e controvérsias que levaram o *establishment* contábil estadunidense a refutar a *uniform accounting*. Na perspectiva da teoria da reificação de Lukács, verificou-se que os conflitos e controvérsias, ocorridos no final do século XIX e início do século XX, fortaleceram o *establishment* contábil estadunidense munidos pela retórica da coisificação da contabilidade, mascarada pela teoria da *full disclosure* como forma de atender objetivos da profissão para formar reserva de mercado para os auditores.

A análise dos conflitos e controvérsias permitiu verificar que o *establishment* contábil estadunidense se beneficiou da fase embrionária da *uniform accounting*, tendo em vista o momento de transição, tanto do ponto de vista econômico (crise de 1929) quanto do ponto de vista científico da *uniform accounting*, sem resposta para lacunas identificadas na teoria das contas e do plano de contas. Verificou-se que um dos principais problemas da crise de 1929 estava relacionado à discussão das *write ups* (reavaliação ascendente dos ativos fixos) que afetavam o balanço patrimonial.

A rejeição, por motivos corporativos pouco científicos, da *uniform accounting* pelo *establishment* sedimentou o caminho para a *full disclosure accounting*, permitindo a exacerbação do julgamento contábil (juízo de valor) e elevando o poder e a influência da profissão contábil. A profissão que era praticada por pessoas de pouca educação, medíocres intelectuais (Brown, 1905) ganhou status e poder.

Com a sedimentação do caminho da *full disclosure*, o *establishment* contábil estadunidense conseguiu não só ampliar o status dos contadores, mas também excluir a academia das discussões da contabilidade como ciência, agora suportada por ‘princípios geralmente aceitos’ e não mais por fundamentos científicos. Destaca-se que, a considerar a adoção das IFRS por grande parte dos países no século XXI, os efeitos derivados dos conflitos e controvérsias do final do século XIX perduram até os dias atuais.

Considerado o *status* da contabilidade do século XXI, pode-se observar a lógica das regras e normas compondo a *full disclosure*, além daqueles objetos e conceitos determinados consensualmente pelo IFRS como estruturação da verdade das coisas contábeis, dos objetos e conceitos construídos por um grupo de pessoas apartado da sociedade, como *fair value*, *impairment*, *Integrated Reporting* (IR), etc.

Vista desse ângulo, a teoria foi construída de forma direcionada para algo não científico, algo que mascara a realidade social, dando a impressão de legítimo interesse público, neutral e, portanto, confiável (IFRS, 2019). Da mesma forma, a alteração de IAS para IFRS oculta o objetivo da conversão da cultura contábil anglo-saxã em algo hegemônico e mundializado, segundo seus interesses. Isso permite o mascaramento do objeto contábil em favor do retórico (*reports* feitos por meio de fotos, gráficos, tabelas, etc., e distante da ciência da contabilidade), em favor da objetivação como construção do legítimo.

Parte do mascaramento e da coisificação da teoria contábil estadunidense pode ser observada nos escândalos empresariais e nas falências financeiras do final do século XX e início do século XXI. Cada escândalo trouxe consigo novas regras contábeis e novos relatórios destinados a corrigir, objetivamente, falhas passadas (Lev e Gu, 2016). Até 2012, estima-se que os normatizadores contábeis estadunidenses já tenham produzido mais 25 mil páginas de regras contábeis (Smith, 2012). Tal profusão de normas permite considerar a contabilidade como um sistema em constante crise. Outra forma de mascaramento pode ser identificada na alteração da expressão *International Accounting Standard* (IAS) para *International Financial Reporting Standards* (IFRS) como uma atitude nada inocente ao buscar refúgio na semântica.

Os conflitos e controvérsias históricos conduziram a eventos que deram origem às crises econômicas, muitas vezes decorrentes da desinformação contábil ou da sua manipulação. Estes eventos podem ter sido derivados de conflitos explicativos entre coisas, não entre sujeitos que levaram à adoção de soluções paliativas e temporárias. Assim, ao analisar os conflitos e controvérsias históricos da sociedade estadunidense, pode-se observar que essa desconstrução deu espaço para a implementação da ideologia do discurso retórico de legitimidade e neutralidade aparentes, baseadas em julgamentos pessoais (*full disclosure*), como algo mascarando a realidade social. O discurso contábil restrito e manipulado pelos profissionais da contabilidade diante dos acontecimentos não faz ciência, tampouco se desvela para a realidade social (interesse público).

Apesar de os conflitos e controvérsias históricos que levaram à reificação da teoria da contabilidade nos EUA não se repetirem, observa-se que essa mudança da *uniform accounting* para a *full disclosure* tem sobrevivido ao longo do tempo até os dias atuais. Nesse sentido, sugere-se para pesquisas futuras a análise dos elementos que mantêm a reificação da contabilidade nos EUA e de como ou quando ela se expandiu para países cujos primórdios mantiveram os aspectos do *uniform accounting*.

Referências Bibliográficas

- [1] Benston, G. J. (1969). The Value Of The SEC's Accounting Disclosure Requirements. *The Accounting Review*, 44(3), 515-532.
- [2] Bourguignon, A. (2005). Management Accounting And Value Creation: The Profit And Loss Of Reification. *Critical Perspectives On Accounting*, 16, 353-389. Disponível Em: <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2003.03.001>. Acesso Em 19 De Jan. 2024.
- [3] Briloff, A. J. (2001). Garbage In / Garbage Out: A Critique Of Fraudulent Financial Reporting: 1987-1997 (The COSO Report) And The SEC Accounting Regulatory Process. *Critical Perspectives On Accounting*, 12, 25-148. <https://doi.org/10.1006/cpac.2001.0458>.
- [4] Brown, R. (1905). *A History Of Accounting And Accountant*. New York: Frank Cass And Company Limited [Reprinted: 1968].
- [5] Byrne, G. R. (1939). To What Extent Can The Practice Of Accounting Be Reduced To Rules And Standards? In: *Fiftieth Anniversary 1898-1948*, Lybrand, Ross Bros. & Montgomery, L. R. B. & M. Journal.
- [6] Canziani, A. (2007). *Economia Aziendale And Betriebswirtschaftslehre As Autonomous Sciences Of The Firm*. In: Biondi, Y.; Canziani, A.; Kirat, T. (Editors). *The Firm As An Entity: Implications For Economics, Accounting And The Law*. London And New York: Routledge.
- [7] Capron, M. (2006). *Les Normes Comptables Internationales, Instruments Du Capitalisme Financier*. *Management Et Sciences Sociales*, 68.
- [8] Carey, J. L. (1969). *Rise Of The Accounting Profession, 1. From Technician To Professional, 1896-1936*. Guides, Handbooks And Manuals. 30. American Institute Of Certified Public Accountants (AICPA) Historical Collection.
- [9] Chatov, R. (1973). *The Collapse Of Corporate Financial Standards Regulation: A Study Of Sec-Accountant Interaction*. (Doctoral Thesis). Disponível Em: <https://www.proquest.com/openview/eb84ebee7451c7c060026ef51b10deac/1?pq-origsite=gscholar&cbl=18750&diss=Y>, Acesso Em 13/12/2023.
- [10] Chauí, M. (1980). *O Que É Ideologia Da Competência*. São Paulo: Editora E Livraria Brasiliense.
- [11] Colasse, B. (2011). *La Comptabilité: Un Savoir D'action En Quête De Théories*. In: Jean-Marie, B. *Savoirs Théoriques Et Savoirs D'action*, Presses Universitaires De France. Education Et Formation, 73-89. DOI 10.3917/Puf.Barbi.2011.01.0073.
- [12] Crocco, F. L. T. (2009). *Georg Lukács E A Reificação: Teoria Da Constituição Da Realidade Social*. *Kínesis*, 1(02), 49-63. Disponível Em: <https://www.marilia.unesp.br/home/revistaseletronicas/kinesis/artigo04.f.crocco.pdf>. Acesso Em 19 De Jan. 2024.
- [13] Dawes, G. W. (2018). Identifying Pseudoscience: A Social Process Criterion. *Journal For General Philosophy Of Science*, 49, 283-298. Disponível Em: <https://doi.org/10.1007/S10838-017-9388-6>. Acesso Em 07 De Fev. 2024.
- [14] Dermarkar, S., Samsonova-Taddei, A., & Yves Gendron, Y. (2023). *Mythmaking In Audit Regulation: The Canadian Initiative On 'Enhancing Audit Quality'*. *Accounting And Business Research*, DOI: 10.1080/00014788.2023.2278727.
- [15] Felix, E. E. (2012) *Paul Otlet (1868-1944): Visionnaire Des Ecosystemes D'informations*. Université Côte d'Azur: JHMO, 2019. Disponível Em: <https://s3.tamtam.pro/Prod/Storage/Media/PDF/9750/2f6184c093db80db126d8504f44378f5c10cb028.Pdf>. Acesso Em 11 De Ago. 2022.
- [16] Fleischman, K. R., & Tyson, T. N. (2007). *The History Of Management Accounting In The U.S. (Cap. 24)*. In: *Handbook Of Management Accounting Research*. Eds. Chapman, C.S.; Hopwood, A. G. And Michael D. Shields, M. D. Elsevier Science.
- [17] Hatfield, H. R. (1920). *Modern Accounting: Principles And Some Of Its Problems*. New York And London: D. Appleton And Company.
- [18] Hatfield, H. R. (1924). *A Historical Defense Of Bookkeeping*. *Journal Of Accountancy*, 37(4), 241-53.

- [19] International Financial Reporting Standards (IFRS), 2019. Disponível Em: <https://www.ifrs.org/about-us/who-we-are/>. Acesso Em: 30 Dez. 2019.
- [20] Journal Of Accountancy (1912). Authority And Responsibility Of The Auditor (Editorial). Journal Of Accountancy, 14(4). 360-364.
- [21] Léautey, E. (1897). Introduction Comptable A La Science Sociale. Librairie Comptable Et Administrative, Paris. Disponível Em https://archive.org/details/Sc_191171476_00000001704717. Acesso Em 19 De Jan. 2024.
- [22] Léautey, E., & Guilbault, A. (1889). La Science Des Comptes, Traité De Comptabilité Domestique, Commerciale, Industrielle, Financière Et Agricole. 2 Ed. Paris: Librairie Comptable Et Administrative.
- [23] Lemarchand, Y. C. C. (1995). 1880-1914, L'échec De L'unification Des Bilans: Le Rendez-Vous Manqué De La Normalisation. Comptabilité, Contrôle, Audit, 1, 7-24. DOI 10.3917/Cca.011.0007. Acesso Em 31 De Jan. 2022].
- [24] Lev, B., & Gu, F. (2016). The End Of Accounting And The Path Forward For Investors And Managers. (Wiley Finance) (P. Xix). Wiley. Edição Do Kindle.
- [25] Loeb S. E., & Miranti, P. J. (2004). The Institute Of Accounts: Nineteenth-Century Origins Of
- [26] Accounting Professionalism In The United States. London And New York: Routledge.
- [27] Lukács, G. (1922). Histoire Et Conscience De Classe. Essai De Dialectique Marxiste. Trad. Kostas Axelos Et Jacqueline Bois. Dans Le Cadre De La Collection: "Les Classiques Des Sciences Sociales".
- [28] Macintosh, J. C. C. (1999). The Issues, Effects And Consequences Of The Berle-Dodd Debate, 1931-1932. Accounting, Organizations And Society, 24, 139-153.
- [29] Mattei, C. E. (2022). A Ordem Do Capital: Como Os Economistas Inventaram A Austeridade E Abriram Caminho Para O Fascismo. Trad. Extrato De Fernando Nogueira Da Costa. The University Of Chicago Press, Ltd.
- [30] Mattessich, R. (2003). Accounting Research And Researchers Of The Nineteenth Century And The Beginning Of The Twentieth Century: An International Survey Of Authors, Ideas And Publications, Accounting, Business & Financial History. 13(2), 125-170.
- [31] May, G. O. (1936). Twenty-Five Years Of Accounting Responsibility, 1911-1936: Essays And Discussions. American Institute Publishing Co., Inc. New York City. Disponível Em: https://egrove.olemiss.edu/acct_corp. Acesso Em 19 De Jan. 2024.
- [32] Mcmillan, K. P. (1998). Science Of Accounts: Bookkeeping Rooted In The Ideal Of Science. Accounting Historians Journal, 25(2), 1-34.
- [33] Merino, B. D., & Coe, T. L. (1978). Uniformity In Accounting: A Historical Perspective. Journal Of Accountancy, 146(2), 62-69.
- [34] Michailesco, C. (2005). Jean Dumarchey (1874-1946) : Une Contribution A La Théorie Du Bilan Et De La Valeur . Les Grands Auteurs En Comptabilité. EMS Management & Sociétés, 91-110. Disponível Em : <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00156408>. Acesso Em 07 De Fev. 2022.
- [35] Miranti, P. (1986). Associationalism, Statism, And Professional Regulation: Public Accountants And The Reform Of The Financial Markets, 1896-1940. Business History Review. 60.
- [36] Mueller, G. G. (1965). International Experience With Uniform Accounting. Law And Contemporary Problems, 30(4), 850-873.
- [37] Previts, G. J., & Merino, B. D. (1998). A History Of Accounting In The United States: The Cultural Significance Of Accounting. Columbus: Ohio State University Press.
- [38] Ripley, W. Z. (1926). Stop, Look, Listen! The Shareholder's Right To Adequate Information. 380-399. Atlantic Magazine Archive.
- [39] Romeo, G. C. & Kyj, L. S. (1998). Forgotten Accounting Association: The Institute Of Accounts. Accounting Historians Journal, 25(1), 29-55.
- [40] Securities Exchange Commission (SEC) (1956). Administrative Policy On Financial Statements. Accounting Releases Series (ARS), Releases 1 To 77, Inclusive. Amended To March 10, 1956.
- [41] Smith, L. M. (2012). IFRS And U.S. GAAP: Some Key Differences Accountants Should Know. Management Accounting, 14(1), 19-26.
- [42] Stabler, H. F. (1996). May, George Oliver (1875-1961) (Verbete). The History Of Accounting: An International Encyclopedia. Garland Publishing, Inc. New York, 407-408.
- [43] Sunder, S. (2009). Adverse Effects Of Accounting Uniformity On Practice, Education, And Research. Disponível Em: <https://ssrn.com/abstract=1028517>. Acesso Em 15 D EJul. 2022.
- [44] Wiesen, J. (1978). The Securities Acts And Independent Auditors: What Did Congress Intend? American Institute Of Certified Public Accountants (AICPA). Disponível Em: https://egrove.olemiss.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1416&context=aicpa_assoc. Acesso Em 19 De Jan. 2024.
- [45] Young, J. J. (2003). Constructing, Persuading And Silencing: The Rhetoric Of Accounting Standards. Accounting, Organizations And Society, 28 (2003), 621-638. Disponível Em: [https://doi.org/10.1016/S0361-3682\(02\)00016-8](https://doi.org/10.1016/S0361-3682(02)00016-8). Acesso Em 19 De Jan. 2024.